

A África Deve Se Levantar
& Resistir à
Privatização da Água



A África Deve se Levantar & Resistir à Privatização da Água

Corporate Accountability e Participação Pública África (CAPPA)

é uma organização não-governamental pan-africana que trabalha para promover os direitos humanos, desafiar o abuso corporativo de recursos e construir o poder da comunidade para o desenvolvimento inclusivo e governança participativa.

www.cappaafrica.org

A **Coalizão Nossa Água, Nosso Direito África** é uma rede diversificada de organizações da sociedade civil e trabalhistas na África Ocidental, Central, Oriental e Austral comprometida com a construção do poder das pessoas e o avanço do direito humano à água diante das crescentes ameaças de privatização no continente. A coligação, que reconhece a privatização como uma das maiores ameaças à realização do direito humano à água no continente africano, apela à transparência e responsabilização na gestão das infra-estruturas hídricas públicas. A coalizão também é apoiada pela sociedade civil internacional e organizações trabalhistas que desafiam a privatização da água em todo o mundo.

@cappa 2021

Inglês (original), francês e português



Agradecimentos

Nossos sinceros agradecimentos aos nossos parceiros, Corporate Accountability, Public Services International (PSI), todos os nossos parceiros nacionais em toda a África e nossos financiadores.

Nossa gratidão vai para Neil Gupta e Aderonke Ige por elaborarem este relatório.

Índice

1. Sumário Executivo

2. Introdução



- Privatização da água: um fracasso mundial
- Privatização da água: os impulsionadores

3. A privatização da água ameaça o direito humano à água dos africanos



- O elefante na sala: influências coloniais e imperiais subjacentes
- Nunca deixe uma crise ser desperdiçada: Impulsionando a privatização em meio a uma pandemia global
- A privatização da água já falhou com os africanos

4. Ameaças de privatização em todo o continente



5. O caminho daqui para frente



Sumário Executivo

Por: Akinbode Oluwafemi,
Diretor Executivo, CAPPA

A África está sob o cerco de corporações multinacionais de água privada. Na maioria dos países do continente, os sistemas públicos de água estão a enfrentar níveis perturbadores de pressão para que sejam privatizados, criando uma necessidade urgente de acções cívicas de base ampla para expor e desafiar tais ameaças.

A sociedade civil e as organizações trabalhistas que compõem a **Coalizão Nossa Água, Nosso Direito** estão a se organizar para impedir a incursão da indústria privada de água na África. O que começou em Lagos, na Nigéria, em 2014, com o Movimento Nossa Água, Nosso Direito – engajado em uma série de táticas de resistência para impedir os planos de privatização da cidade – está a se replicar em toda a África.

O relatório *A África Deve se Levantar & Resistir à Privatização da Água* detalha como a privatização é a mais perigosa ameaça ao direito humano à água dos africanos e mostra como privatizar a água já falhou nos Estados Unidos, no Chile e na França, o que vale como uma advertência para os governos africanos que estão a ser pressionados pelo Banco Mundial e uma série de instituições financeiras multilaterais que querem seguir o caminho da privatização.

Estudos de caso em países africanos como Camarões, Gabão, Gana, Moçambique e Tanzânia são

exemplos flagrantes de projectos de privatização de água urbana que prometiam oferecer disponibilidade, confiabilidade e melhoria, mas falharam de maneira lamentável, forçando muitos desses Estados a superarem enormes obstáculos jurídicos e financeiros para a desprivatização. O relatório expõe como o Banco Mundial e muitas outras instituições multilaterais e bilaterais veem a África como um terreno fértil para comercializar esquemas sabidamente fracassados de privatização da água, incentivando os Estados ou pressionando-os a implementar estruturas legais e regulatórias que abram as portas para empresas privadas de água. O relatório também explora os legados inevitáveis do colonialismo e do imperialismo abundantes no sistema actual.

O apoio que os esquemas de privatização da água recebem do Banco Mundial e seus parceiros também encorajou duas das maiores corporações privadas de água do mundo, a Veolia e a Suez, a começarem a prospectar as chamadas oportunidades na África. O acordo de combinação de maio de 2021 entre essas duas empresas, que representa a maior consolidação do controlo corporativo sobre a água em décadas, prepara o terreno para que elas influenciem governos e expandam-se na África com vontade.

Em junho de 2019, um executivo da Veolia afirmou a ambição na região, declarando que seu objectivo é aumentar a receita na África e no Oriente Médio em cinquenta por cento até 2023. Segundo ele, a corporação tem uma equipa na cidade de Abijão, na Costa do Marfim, prospectando novas oportunidades de negócios na África Ocidental e identificou a Nigéria como um dos seus países-alvo.

Da mesma forma, o CEO da Suez, Bertrand Camus, projectou a receita para a região de negócios, incluindo a África, entre as mais fortes em seus mercados internacionais, referenciando seu “dinamismo para o crescimento”. Em janeiro de 2020, uma publicação comercial do sector informou que o chefe regional da Suez disse que “a África é um alvo claro para o grupo”.

A África Deve se Levantar & Resistir à Privatização da Água não apenas cataloga as ameaças de privatização da água enfrentadas pela África, mas também fornece o caminho para lidar com o déficit hídrico no continente por meio de sistemas de água controlados publicamente. O documento faz recomendações implementáveis direcionadas a empresas privadas de água, governos nacionais, órgãos regionais e instituições multilaterais.

Introdução

Todo ser humano tem o direito fundamental à água potável. Esta verdade universal está enraizada no papel único que a água desempenha na vida diária das pessoas, desde o uso mais básico da água até seu significado mais amplo que molda nossas necessidades socioculturais, incluindo a realização de ritos religiosos e culturais como ablução, batismo e festas tradicionais centradas na santidade da água.

Quando este direito humano não é cumprido e protegido, as pessoas pagam o preço. As pessoas pagam com sua saúde, mulheres e meninas pagam sacrificando a educação formal para conseguirem água e pessoas pagam até com a própria vida.

Infelizmente, existe toda uma indústria que visa explorar nossa necessidade de água para lucrar. Corporações multibilionárias e seus acionistas ricos, principalmente sediados no Norte Global, enriqueceram com a privatização de sistemas comunitários de água em todo o mundo.

A privatização da água transfere a propriedade ou o controlo de um sistema hídrico de uma utilidade pública para uma empresa privada, na maioria das vezes para uma corporação com fins lucrativos. Isto pode assumir a forma de venda de activos, arrendamento de longo prazo ou locação, as chamadas “parcerias público privadas” (PPPs) e a mais recente retórica velada de “participação do sector privado”. Em janeiro de 2020,

três Relatores Especiais das Nações Unidas –Relator Especial sobre Pobreza Extrema e Direitos Humanos; Relator Especial sobre Moradia Digna e Direito à Não-Discriminação; e Relator Especial sobre os Direitos Humanos à Água Potável e ao Saneamento Básico– observaram: **“Existe um risco claro da privatização da água mudar o foco da gestão da água de prestação de serviços para todos os residentes para garantir serviços mais confiáveis para os ricos, gerando lucros consideráveis para os fornecedores privados.”**

Essa mudança é fundamental e mostra a ameaça que a privatização da água representa, especialmente para as comunidades de baixa renda.

Não há dúvida que os sistemas hídricos em todo o mundo precisam de investimentos robustos. A privatização é muitas vezes apresentada como uma forma de trazer esses fundos tão necessários. No entanto, a pesquisa mostra que a força motriz por trás do investimento em infraestrutura hídrica nas últimas décadas tem sido o financiamento público dedicado, não os acordos de privatização². De fato, o Relator Especial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos à Água Potável e ao Saneamento Básico descobriu que **“em vez de trazer dinheiro novo, as empresas competem com os operadores públicos por causa do escasso financiamento público”**³. O CEO da maior privatizadora de água do mundo, a Veolia, elaborou ainda mais este ponto: “A missão de um operador [privado] é gerenciar a infraestrutura pela qual ele é responsável, **não financiá-la**”⁴.

Embora os proponentes da privatização possam alegar que a motivação do lucro gera eficiência, na realidade, ela gera exploração.

Privatização da água: um fracasso mundial

Casos de todo o mundo mostram que a privatização fracassou nas comunidades, prejudicou as contas públicas e agravou as crises hídricas e desigualdades existentes. Para as comunidades, isso assume a forma de aumentos inacessíveis de tarifas, abusos trabalhistas, cortes de empregos e de custos que colocam em risco a saúde pública. Para os estados, isso assume a forma de promessas não cumpridas, investimento e manutenção adiados e obstáculos legais para regular o interesse público ou rescindir contratos falidos.

Estudo de caso: Estados Unidos

Em **Pittsburgh**, membros da comunidade e autoridades locais ainda estão lidando com as consequências de uma privatização fracassada pela multinacional Veolia. A corporação foi contratada para gerenciar a entidade local de água e esgoto de 2012 a 2015 sob um acordo em que receberia 40-50% da “economia de custos” realizada – incentivando explicitamente o corte de custos para maximizar a lucratividade a curto prazo⁵. Sob a gestão da Veolia, o produto químico usado para evitar a contaminação por chumbo foi trocado por uma alternativa mais barata sem a necessária aprovação do estado⁶. A equipa do laboratório, que monitorava a qualidade da água, também foi significativamente reduzida⁷. Uma crise de contaminação por chumbo logo se seguiu, ameaçando danos à saúde dos moradores, em especial das crianças⁸.

No final, a Veolia saiu com mais de 11 milhões de dólares⁹, enquanto as autoridades locais e os moradores foram deixados sozinhos para conseguir centenas de milhões de dólares para substituir os canos que lixiviavam chumbo na água¹⁰.

Infelizmente, esta não é a única vez que a Veolia desempenhou um papel em uma crise de saúde pública nos Estados Unidos.

Em 2015, a Veolia foi contratada para avaliar a qualidade da água em **Flint**, o local de uma das crises hídricas mais importantes da história recente. A corporação disse à cidade que sua água era segura, mesmo quando os funcionários da Veolia discutiam em particular as preocupações sobre a possível contaminação por chumbo em e-mails internos¹¹. Enquanto a Veolia descartava as preocupações de segurança dos moradores e alegava que “algumas pessoas podem ser sensíveis a qualquer água”, ela estava tentando garantir um contrato de privatização multimilionário em Flint¹².

Estudo de caso: Chile

Em **Osorno**, a ESSAL (subsidiária da multinacional Suez) administrou mal o sistema de água por anos, o que culminou em um incidente de contaminação no qual quase toda a população ficou sem serviço de água por dez dias¹³. Em uma demonstração de união sem precedentes, mais de 90% dos eleitores pediram o fim da privatização¹⁴. Apesar da esmagadora oposição pública à sua presença em Osorno – que foi impulsionada por seus próprios fracassos – a Suez ameaçou levar o Chile à arbitragem internacional se o regulador local buscasse a desprivatização¹⁵.

Isso segue uma longa história de privatizadores da água que ameaçam Estados soberanos com litígios por meio de arbitragem internacional com o fim de perseguir acções de interesse público que podem reduzir lucros privados¹⁶.

Estudo de caso: França

Paris, sede das gigantes da indústria Veolia e Suez, encerrou sua privatização pelas duas multinacionais em 2009. A privatização foi marcada por problemas, o que inclui “falta de transparência na gestão das operadoras privadas e uma abordagem totalmente orientada para o lucro¹⁷.” No primeiro ano após o retorno ao controlo público, a concessionária obteve 35 milhões de euros em economia de eficiência, permitindo reduzir as tarifas em 8% (em comparação com o aumento de preço de 260% na privatização)¹⁸. O Tribunal de Contas Regional apurou que a volta à gestão pública permitiu a Paris baixar o preço da água e manter significativo investimento¹⁹.

Privatização da água: os impulsionadores

O sector privado de água é grande e fragmentado, com as cinquenta maiores corporações envolvidas no serviço de água e/ou esgoto de mais de 1,2 bilhão de pessoas²⁰. As duas maiores corporações privadas de água do mundo, a **Veolia** e a **Suez**, estão na vanguarda do esforço para privatizar os sistemas de água em todo o mundo.

Em maio de 2021, a Veolia e a Suez assinaram um acordo de combinação²¹, representando a maior consolidação de controlo corporativo sobre a água em décadas. A fusão prepara o terreno para uma Veolia ainda maior, com muito mais

recursos para influenciar governos e expandir seu alcance globalmente, enquanto a “nova Suez” terá uma posição única para expansão em países africanos e asiáticos²².

O histórico devastador de abusos dos direitos humanos por essa indústria está bem documentado, inclusive pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos à Água Potável e ao Saneamento Básico²³.

A escala e a velocidade com que os privatizadores conseguiram expandir seu controlo sobre os sistemas hídricos foram muito facilitadas por instituições financeiras internacionais, especialmente o **Banco Mundial** e o **Fundo Monetário Internacional (FMI)**²⁴ – duas instituições notórias pelo endividamento e pelo “ajuste estrutural” como meios para atingir fins neoliberais²⁵.

O Banco Mundial usa praticamente todas as ferramentas à sua disposição para impulsionar a expansão da privatização da água e proteger os interesses das corporações privatizadoras no Sul Global²⁶. Faz isso através de:

- Financiamento orientado e/ou dependente de privatização;
- Promoção a privatização através de pesquisa e marketing;
- Aconselhamento os estados a privatizarem os seus sistemas hídricos;
- Fornecimento de garantias de investimento às empresas privatizadoras;
- Investimento directo em empresas privadas de água;
- Abrigo de um tribunal de arbitragem para julgar as disputas entre estados e os privatizadores.

¹ Toe World Bank Group is comprised of five entities: International Bank for Reconstruction and Development, International Development Association, International Finance Corporation, Multilateral Investment Guarantee Agency, and International Centre for Settlement of Investment Disputes. It will be referred to as the “World Bank” throughout this report unless noted otherwise.

Nos últimos anos, o Banco Mundial institucionalizou sua ideologia pró-privatização por meio da abordagem “Cascata” (integral à iniciativa “Maximizar Financiamento para Desenvolvimento”, ou MFD, da instituição). Esse modelo foi resumido pelo Diretor Financeiro do Grupo Banco Mundial em 2017: **“Em termos mais simples, essa abordagem prescreve que primeiro consideremos o investimento privado para projectos; depois as parcerias público-privadas; e se os dois primeiros não estiverem disponíveis, então, só então, considere as finanças públicas.”**²⁷

A abordagem “Cascata” foi implementada pelo Banco Mundial sob a liderança de Jim Yong Kim²⁸, que foi criticado por “abraçar Wall Street” como presidente do Grupo Banco Mundial²⁹. Kim deixou abruptamente seu cargo de líder do Banco Mundial em 2019 para se tornar sócio e vice-presidente da empresa de patrimônio privado Global Infrastructure Partners (GIP)³⁰. Kim logo se juntou ao ex-CEO da Corporação Financeira Internacional do Banco Mundial (IFC), Jin-Yong Cai, que se tornou sócio do GIP no mesmo ano³¹.

O GIP deve possuir 40% da “nova Suez” após a fusão Veolia-Suez³², o que significa que dois homens que lideraram uma instituição que promoveu dogmaticamente a privatização no Sul Global por décadas agora se beneficiam dessas mesmas políticas.

A orientação privada em primeiro lugar também está a ser impulsionada por alguns Estados ricos do Norte Global, especialmente aqueles que compõem o **G20**: “Desde 2010, o G20 concentrou-se em instar os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento para padronizar, ampliar e replicar megaprojectos, especialmente parcerias público-privadas (PPPs) em países emergentes e em desenvolvimento.”³³



A privatização da água ameaça o direito humano à água dos africanos

A medida que a indústria privada de água enfrenta um movimento crescente para retomar o controlo público após privatizações fracassadas em todo o mundo, principalmente na Europa³⁴, essa mesma indústria está a voltar seus olhos para o continente africano como um mercado em expansão.

Em agosto de 2021, o vice-presidente executivo sênior da Veolia, ao promover PPPs durante a Semana Mundial da Água, afirmou que a corporação pretende “aumentar seu alcance” na África³⁵. Em junho de 2019, o então chefe de negócios da Veolia na África e Oriente Médio afirmou que o objectivo da corporação é aumentar sua receita na região em cinquenta por cento até 2023. Ele também observou que há uma equipa em Abijão prospectando novas oportunidades de negócios no oeste da África, dizendo incisivamente que **“a Nigéria é um dos nossos países-alvo”**³⁶.

Em sua apresentação do plano “Shaping Suez 2030” aos investidores em outubro de 2019, o CEO da Suez, Bertrand Camus, projectou a receita para a região de negócios, incluindo a África, entre as mais fortes em seus mercados internacionais, referenciando seu “dinamismo para o crescimento”³⁷. Em janeiro de 2020, uma publicação comercial do sector informou que **o chefe regional da Suez disse que “a África é um alvo claro para o grupo”**³⁸. A Suez manterá seus negócios de água na África após a aquisição da Veolia³⁹, sinalizando ainda mais o interesse da corporação no crescimento no continente.

O Banco Mundial também está focado na água da África, com 8.2 bilhões de dólares em projectos do sector de água na África Subsaariana a partir de 2019, mais do que qualquer outra região e representando mais de um quarto de todo o seu portfólio de Práticas Globais de Água⁴⁰.

Embora o Banco Mundial possa alegar que está simplesmente a apoiar os Estados no alcance de suas próprias metas de desenvolvimento, a influência directa que a instituição tem na criação dessas metas e prioridades não pode ser ignorada.

Por exemplo, na Nigéria, o governo federal lançou seu Plano de Acção Nacional para o Sector de Água, Saneamento e Higiene (WASH) em 2018⁴¹. Uma leitura atenta do plano mostra semelhanças surpreendentes com o relatório de 2017 do Banco Mundial, “Chamado para Despertar: Abastecimento de Água da Nigéria, Saneamento e Diagnóstico de Pobreza de Higiene”⁴². Destacam-se as secções do plano de acção nacional que promovem a privatização por meio de PPPs. **De facto, a secção que descreve a introdução de PPPs no sector como uma “oportunidade de mudança de jogo” foi extraída literalmente do relatório do Banco Mundial publicado no ano anterior**⁴³.

Este é apenas um exemplo de como o Banco Mundial está realmente a conduzir a política de água dos Estados para a privatização.

O elefante na sala: influências coloniais e imperiais subjacentes

Os legados do colonialismo e do imperialismo que permeiam o sistema atual não podem ser ignorados. O Banco Mundial e o FMI são controlados por Estados do Norte Global – muitas antigas potências coloniais – mas têm uma influência descomunal nas economias e políticas dos estados do Sul Global⁴⁴. Os direitos de voto nessas instituições mostram a extrema disparidade entre o Norte Global e o Sul Global – em termos per capita, “para cada voto que a pessoa média do Norte global tem, a pessoa média do Sul global tem apenas um oitavo de um voto”⁴⁵.

Esta tendência também é prevalente dentro da própria indústria. A grande maioria da liderança da Veolia e da Suez, por exemplo, é francesa e inclui muitos europeus que lideram os negócios nas regiões do Sul Global⁴⁶. A publicação líder do sector privado de água, *Global Water Intelligence*, argumenta que o desempenho da Veolia liderada pela França fora da Europa “torna um argumento muito forte para o modelo colonial”⁴⁷.

Quando o CEO da Suez, Bertrand Camus, assumiu o comando da corporação em 2019, ele proclamou que era “impulsionado por um espírito de conquista⁴⁸”, um sentimento preocupante quando colocado no contexto dos planos de expansão da corporação para o Sul Global.

As antigas potências coloniais não hesitam em usar o poder do Estado para promover os interesses dos privatizadores da água baseados em seus países. O governo francês tem usado rotineiramente seu poder e influência para promover e conduzir negócios para privatizadores franceses, incluindo Veolia e Suez, especialmente por meio da estatal Agence Française de Développement (AFD)⁴⁹. Em 2014, em uma visita de Estado ao Níger, o presidente francês François Hollande juntou-se ao CEO da Veolia, Antoine Frérot, em uma usina de água potável para promover a privatização da corporação⁵⁰. O governo britânico, por meio de seu Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), despejou dezenas de milhões de dólares para impulsionar a privatização. O DFID também foi um actor-chave na desastrosa privatização na Tanzânia, liderada pela multinacional britânica Biwater⁵¹ (ver página 11).

Os Estados Unidos também enfatizaram a importância da água da África para sua Estratégia Global da Água, com os países africanos representando mais da metade de sua lista de países e áreas geográficas de “alta prioridade”⁵². Essa estratégia é estruturada como uma forma de proteger os “interesses de segurança nacional” dos Estados Unidos e, claro, apresentar oportunidades para o sector privado americano⁵³.

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que faz parceria com exploradores corporativos de água como a Coca-Cola (por meio de sua fundação), descreve um de seus principais temas de portfólio na Nigéria como “expandir as oportunidades do sector privado para aumentar a concorrência na prestação de serviços urbanos de WASH⁵⁴ [...]”

Tudo isso aponta para um esforço conjunto de multinacionais, instituições internacionais e governos para promover os interesses da indústria privada de água em todo o mundo.

Nunca deixe uma crise ser desperdiçada: Impulsionando a privatização em meio a uma pandemia global

A pandemia de COVID-19 mostrou os perigos fundamentais de uma abordagem neoliberal para fornecer serviços essenciais, de saúde a água potável. Apesar disso, os proponentes da privatização devem explorar a crise para promover sua agenda de décadas.

Em junho de 2020, o Banco Mundial estabeleceu seu plano de resposta à pandemia em três etapas (alívio, reestruturação e recuperação resiliente). O **foco nas PPPs é incorporado ao longo das três etapas**, desde os “veículos de financiamento de PPP” durante a primeira etapa até a “gama completa de instrumentos [do Grupo Banco Mundial] com foco em PPP, desenvolvimento de projectos a montante e mobilização de soluções [privadas]” na fase final⁵⁵.

O Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) acelerou seus esforços para desenvolver uma estrutura de PPP, mesmo com a pandemia de COVID-19 continuando. Sediou um evento em setembro de 2020, citando a pandemia (e a correspondente crise econômica) como justificativa para o desenvolvimento urgente desse quadro. Ao encerrar o evento, o vice-presidente do AfDB Solomon Quaynor declarou que **“O Banco Africano de Desenvolvimento tem relações de confiança incomparáveis com os governos africanos, e precisamos aproveitar isso para acelerar a implementação de PPPs”**⁵⁶.

Uma PPP divulgada como um sucesso no evento foi o projecto Kigali Bulk Water Supply, uma escolha inusitada considerando que a usina de água ainda não havia sequer entrado em operação no momento do evento⁵⁷. Esta não foi a primeira vez que o projecto foi anunciado como um sucesso antes de tratar qualquer água. Em março de 2018, uma postagem de blog no site do Banco Mundial comemorou o “sucesso” do projecto, apresentando uma foto de uma estação de tratamento de água⁵⁸ (possivelmente porque a construção da estação de água de Kigali ainda não havia sido concluída).

O apoio do Banco Mundial e do AfDB ao projecto de privatização do Abastecimento de Água de Kigali vai mais longe e pode ajudar a explicar a sua promoção preventiva. O AfDB forneceu apoio financeiro direto ao projecto⁵⁹, enquanto a IFC do Banco Mundial foi o principal assessor do projecto, incluindo “a preparação, concepção e implementação da participação do sector privado”⁶⁰. Além disso, a IFC comprou uma participação accionária em Metito, a corporação que a IFC ajudou a selecionar para o contrato de PPP, em 2007, e ainda está na lista como um de seus “principais acionistas” em setembro 2021⁶¹.

Em março de 2021, a IFC usou seu mecanismo de financiamento rápido COVID-19 para fornecer à Metito um pacote de financiamento de 20 milhões de dólares que não apenas apoiará o andamento, mas também sua *expansão*, de acordo com o Director Financeiro da Metito⁶².

Para simplificar, a IFC está a usar dezenas de milhões de dólares, ostensivamente destinados à resposta da pandemia de COVID-19, para apoiar os planos de expansão de uma empresa privada de água da qual é accionista com direito a beneficiar-se financeiramente.

O FMI, em sua *Série Especial sobre COVID-19* focada em empresas estatais (SOEs) na África Subsaariana, foi rápido em observar que “para as SOEs que operam em mercados competitivos, os governos devem considerar se as empresas privadas podem assumir um papel maior no fornecimento de bens e serviços⁶³”.

Durante a Cúpula sobre o Financiamento das Economias Africanas, organizada pelo presidente francês em maio de 2021, a pandemia de COVID-19 foi ainda mais explorada para promover a privatização⁶⁴. A cúpula enfatizou a importância de “trabalhar ainda mais na mobilização de instrumentos e produtos financeiros multilaterais e bilaterais, incluindo garantias, seguro contra riscos políticos, instrumentos de compartilhamento de riscos e outras formas de apoio a projectos de PPP e mobilização de financiamento comercial[.]”⁶⁵.

A privatização da água já falhou com os africanos

Embora os proponentes da privatização possam sugerir que as PPPs na África são uma nova solução para um velho problema, a realidade é que já existe um histórico bem documentado de fracasso do modelo no continente. Abaixo estão apenas dois dos, infelizmente, muitos exemplos do impacto devastador da privatização em Estados e comunidades na África.

Estudo de caso: Tanzânia

Dar es Salaam é o local de um dos mais notórios fracassos de privatização nas últimas décadas. O esquema de privatização – apoiado pelo Banco Mundial, FMI e governo do Reino Unido (entre outros) – foi marcado por problemas desde o início, principalmente um aumento acentuado nos preços da água. A privatização, com um consórcio liderado pela empresa britânica Biwater, desmoronou-se apenas dois anos após o seu lançamento⁶⁶.

De facto, a privatização foi um fracasso tão inegável que, na avaliação de seu impacto, um relatório do Banco Mundial observou que “A principal suposição por parte de quase todos os envolvidos, certamente do lado doador, era que seria muito difícil, senão impossível, para o operador privado ter um desempenho pior do que [o poder público]. Mas foi isso que aconteceu.”⁶⁷

O relatório do Banco Mundial conclui reconhecendo que “...o facto é que o fornecimento privado de serviços de água provou ser problemático em todo o mundo, e especialmente na África...”⁶⁸ Apesar disso, o Banco Mundial continuou a promover o modelo em todo o continente e em todo o mundo nas quase duas décadas desde então.

Estudo de caso: Gabão

A privatização da água no **Gabão** é um exemplo por excelência do papel que o Banco Mundial desempenha na condução e nos benefícios da privatização de serviços essenciais. A IFC do Banco Mundial estruturou e ajudou a implementar a privatização do sector de água e electricidade do Gabão no final da década de 1990. Uma subsidiária da Veolia foi seleccionada através da aquisição (estruturada pela IFC) para um contrato de vinte anos, assumindo o controlo da concessionária nacional⁶⁹. Em seguida, a IFC passou a investir na subsidiária da Veolia que foi seleccionada para o contrato⁷⁰, vinculando seus interesses financeiros aos da Veolia e criando um conflito de interesses gritante à medida que o Banco Mundial passou a usar sua influência para promover a privatização tão bem-sucedida quanto a outros países africanos⁷¹.

A promoção do Banco Mundial da privatização gabonesa como um sucesso merece forte comparação com a realidade de seus fracassos. Funcionários do governo e o público detalharam cortes generalizados de fornecimento, irregularidades de contas, riscos ambientais e compromissos não cumpridos do operador privado⁷². As falhas foram ressaltadas por eventos, incluindo um surto de febre tifóide que se seguiu a semanas de interrupção do serviço de água, espalhando-se de uma cidade para a capital e outras partes do país⁷³.

Em 2018, o Estado decidiu não renovar seu contrato com a concessionária controlada pela Veolia⁷⁴. A corporação entrou com um pedido de arbitragem contra o estado no tribunal do Banco Mundial, ICSID. Um acordo foi anunciado em 2019, onde **o Estado adquiriu a participação da Veolia África em sua utilidade nacional depois de pagar à corporação multibilionária 45 milhões de euros**⁷⁵.

Para colocar o desequilíbrio de poder em perspectiva, o PIB do Gabão em 2018 foi de 17 bilhões de dólares, enquanto a receita da Veolia em 2018 foi de quase 26 bilhões de euros⁷⁵.

Ameaças de privatização em todo o continente

Apesar deste histórico de fracasso em todo o mundo e no continente africano, os proponentes continuam a impulsionar a privatização em Estados de toda a região. Abaixo estão os detalhes de vários países africanos que enfrentam uma ameaça aguda de privatização e, principalmente, onde há uma crescente resistência popular a tal ameaça. Embora esta lista não seja exaustiva ao detalhar a ameaça generalizada de privatização em todos os países do continente, os casos ilustram a tendência mais ampla de privatização e a resistência das pessoas.

Camarões

O povo dos Camarões já viu em primeira mão os fracassos da privatização da água. Os esforços apoiados pelo FMI no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 lançaram as bases para o eventual contrato de privatização de dez anos entre um consórcio marroquino (Camerounaise des Eaux, CDE) e a Cameroon Water Utilities Corporation (Camwater) em 2008⁷⁷.

DIGITAL FINANCE & WATER

GHANA:
NO PAYMENT, NO WATER



Fonte: “Capturando nosso impacto: aproveitando a inovação para a inclusão financeira”, Grupo do Banco Mundial, UK Aid e CGAP

A privatização foi prejudicada com ocorrências recorrentes de escassez de água e abastecimento irregular. Uma análise recente da Unidade de Pesquisa Internacional de Serviços Públicos descobriu que, embora o sistema de água público tenha melhorado substancialmente o acesso à água nas quase duas décadas que antecederam o contrato da CDE, esses ganhos diminuíram muito com a privatização⁷⁸. Por fim, o estado decidiu não renovar seu contrato com a CDE e o sistema de água foi renacionalizado e consolidado sob Camwater em 2018⁷⁹.

No entanto, a ameaça de reprivatização é grande nos Camarões. O Banco Mundial priorizou os Camarões como um dos nove países-piloto para sua iniciativa privada de MFD (ver as páginas 7-8)⁸⁰. Além disso, nos últimos anos, as empresas privadas europeias de água Biwater, Suez e Veolia garantiram contratos nas principais áreas urbanas do país⁸¹. A Veolia também esteve profundamente envolvida no desenvolvimento de um plano director de água do Estado que abrange 137 cidades⁸², dando-lhe acesso e relacionamentos inigualáveis caso opte por buscar a privatização nos Camarões.

A sociedade civil camaronesa e os representantes trabalhistas exortam o Estado a lembrar os fracassos de sua experiência anterior com a privatização e evitar seguir o mesmo caminho novamente⁸³.

Gabão

Assim como no vizinho Camarões, há um longo histórico de fracassos da privatização no Gabão, conforme detalhado na página 11.

Apesar da desastrosa experiência sob a privatização da Veolia e subsequentes consequências financeiras do acordo no tribunal do Banco Mundial, o estado gabonês está a considerar mais uma vez entregar a utilidade nacional a um privatizador.

Apenas alguns meses após o acordo multimilionário com a Veolia no início de 2019, oficiais públicos reuniram-se com um ex-executivo afiliado à Suez para discutir a utilidade nacional de água e electricidade⁸⁴. Pouco depois, a Suez apresentou uma proposta relacionada à gestão da água⁸⁵.

Incrivelmente, o estado gabonês também recrutou o ex-CEO da Veolia, Henri Proglío, como consultor para auditar e fornecer recomendações para a concessionária de água e electricidade⁸⁶. Proglío, que dirigiu a Veolia por vários anos⁸⁷ durante seu desastroso contrato no Gabão, teve até uma audiência com o próprio presidente gabonês⁸⁸. Proglío teria trazido outro veterano da Veolia, o ex-chefe dos negócios da corporação na África e Oriente Médio, Patrice Fonlladosa, para apoiá-lo⁸⁹. A Africa Intelligence informa que a Suez também recrutou Proglío como consultor no Gabão⁹⁰.

No início de 2021, o estado alterou o marco legal para permitir as PPPs no sector de água e electricidade, além de autorizar a venda de acções da concessionária nacional⁹¹. Esses movimentos, além da postura de Suez e do envolvimento de Proglío, estão a sinalizar uma ameaça renovada da privatização no Gabão.

Gana

Em meados dos anos 2000, após anos de pressão do Banco Mundial e do FMI por “disciplina fiscal”, o estado ganense firmou um contrato privado de gestão da água sob o pretexto de “participação do sector privado”. O contrato foi concedido à Aqua Vitens Rand Limited (AVRL), uma joint venture da multinacional holandesa Vitens Evides International e da sul-africana Rand Water⁹². Essa decisão foi tomada apesar de anos de resistência da sociedade civil e trabalhista à privatização, sob a bandeira da Coalizão Nacional Contra a Privatização da Água⁹³.

Apesar de milhões de dólares em taxas de administração, “a AVRL falhou consistentemente durante todo o período do contrato para atingir suas metas⁹⁴”. Após a continuação da campanha da Coalizão Nacional e diante desses fracassos, o Estado optou por não prorrogar o contrato de privatização, encerrando o esquema em 2011⁹⁵. Esta desprivatização é uma prova do poder do povo unido a exigir o direito de sua comunidade para que a água seja protegida contra os interesses de multinacionais com fins lucrativos.

Hoje, o sector de água de Gana enfrenta novos desafios, muitos ainda impulsionados por corporações e seus patrocinadores institucionais. Através da promoção de um esquema de água pré-pago em Gana, o Banco Mundial e seus parceiros, incluindo o governo do Reino Unido, colocaram sua abordagem ao acesso à água em Gana em plena exibição sob o título “Sem pagamento, sem água⁹⁶”. A multinacional britânica Biwater também garantiu recentemente um contrato de água de 272 milhões de dólares na região norte de Gana⁹⁷.

Além disso, o serviço público compra água de uma usina de dessalinização privatizada da qual os representantes trabalhistas descreveram como tendo “custos exorbitantes”⁹⁸. Esse arranjo impôs um ônus financeiro tão insustentável à empresa de serviços públicos que ela foi forçada a desligar temporariamente a usina⁹⁹. A construção da usina foi fortemente apoiada pela Agência Multilateral de Garantia de Investimentos do Banco Mundial, no valor de 179,2 milhões de dólares¹⁰⁰. A United States Overseas Private Investment Corporation também deu seu peso ao projecto de apoio para a aquisição de uma participação majoritária pela multinacional AquaVenture¹⁰¹.

Trabalhadores e a sociedade civil ganenses estão preocupados que a pressão financeira contínua que a cara água dessalinizada está a colocar na concessionária nacional, juntamente com a crescente influência de corporações e instituições financeiras internacionais, leve Gana a mais um esquema de privatização.

Quênia

As comunidades no Quênia enfrentam ameaças de privatização há décadas. As multinacionais privadas de água Veolia e Suez conseguiram grandes contratos de consultoria e construção no Quênia, respectivamente. Esses contratos lucrativos foram apoiados pela AFD da França¹⁰² e dão às corporações uma posição valiosa no país e na região.

O Banco Mundial tem estado na vanguarda da ameaça de privatização, despejando dezenas de milhões de dólares na promoção e criação de um ambiente regulatório propício à privatização por meio de PPPs. Isso inclui 90 milhões de dólares para facilitar o estabelecimento de uma lei de PPP, uma unidade de PPP e um pipeline de projectos programados para privatização em todos os sectores, incluindo água¹⁰³. O Banco Mundial também priorizou o Quênia como um país piloto para sua iniciativa MFD privada, incluindo um foco específico no aumento do papel do sector privado em serviços essenciais como água¹⁰⁴.

Mais recentemente, o Estado listou água e saneamento como sectores prioritários para sua directoria de PPPs, e está a buscar pelo menos duas PPPs de água potável, sugerindo um projecto de água a granel de 234 milhões de dólares que está a impactar os moradores de Nairóbi¹⁰⁵.

Em junho de 2021, o Estado emitiu um pedido de manifestação de interesse de um assessor para apoiar o programa de PPP, que inclui “sistemas de abastecimento, tratamento e distribuição de água”, observando que o esforço é financiado pelo Banco Mundial¹⁰⁶.

As instituições financeiras internacionais não diminuíram a pressão sobre o Quênia, mesmo à luz da pandemia. O FMI, por exemplo, pressionou imensamente o governo para examinar e reestruturar suas estatais¹⁰⁷. A pressão recente do Banco Mundial também preparou o terreno para um aumento dramático nas contas de água para as famílias quenianas¹⁰⁸.

Trabalhadores e organizações da sociedade civil quenianos estão a enfrentar a ameaça da privatização e também chamando a atenção para a necessidade de solidariedade entre os moradores dos condados áridos e mais ricos em água do Quênia.

Moçambique

Moçambique encerrou sua privatização de água urbana de longo prazo após falhas do operador privado em “atender às expectativas do governo ou às necessidades da população”. Esse esquema foi catapultado pela pressão do Banco Mundial e do FMI na década de 1990 – relacionada à elegibilidade do estado para um programa de alívio da dívida – e culminou em uma estrutura em que várias cidades, o que inclui a capital Maputo, tiveram seus sistemas de água privatizados¹⁰⁹.

A concessionária de Maputo foi controlada por um consórcio liderado pela Europa até 2010, anos após a saída da francesa Saur do empreendimento, quando a Águas de Portugal vendeu suas acções para a holding nacional de activos Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG)¹¹⁰.

Nos anos seguintes, a IFC do Banco Mundial estava a “aconselhar o FIPAG sobre opções para a participação do sector privado em todo o sector de água urbana em Moçambique¹¹¹”.

Em maio de 2021, a ameaça de uma reprivatização surgiu depois que o gabinete aprovou um amplo esquema de privatização que abrangeria dezenove grandes áreas urbanas, com impacto potencial a sete milhões de moçambicanos. Este plano criará quatro concessionárias regionais, atualmente detidas pelo Estado através do FIPAG, com o objectivo de vender até 49% de seu patrimônio ao sector privado nos próximos anos. O FIPAG está a trabalhar com a USAID para contratar um “painel de especialistas internacionais” para assistência técnica em um esforço com o objectivo de “tornar os serviços públicos mais atraentes e eficientes o possível antes da privatização¹¹²”.

A sociedade civil moçambicana opõe-se profundamente à captura corporativa do sector da água e está empenhada em desafiar esta última captura de poder corporativo.

Nigéria

A Nigéria, o maior país da África tanto em população quanto em economia, tem sido alvo da indústria privada de água há anos devido ao seu enorme potencial de lucro. Apesar de décadas de financiamento e “reformas” por instituições internacionais, principalmente o Banco Mundial¹¹³, as taxas de acesso à água na Nigéria permanecem sombrias¹¹⁴.

A sociedade civil e as organizações trabalhistas, que lideram a luta pelo direito humano à água na Nigéria, atribuem esse fracasso directamente à promoção dogmática dessas instituições do modelo fracassado de privatização ao longo dos anos de intervenção.

O foco na privatização do Banco Mundial e, por extensão, dos funcionários públicos nigerianos, desviou o investimento significativo e a melhoria do serviço público de água, em detrimento do povo nigeriano¹¹⁵. Por exemplo, no Segundo Projecto Nacional de Reforma do Sector de Água Urbana do Banco Mundial, a instituição destinou quase 7,5 milhões de dólares especificamente para o “desenvolvimento de parcerias público-privadas”, inclusive em Lagos¹¹⁶. O Banco Mundial desempenhou um papel incrivelmente influente no desenvolvimento do Plano de Acção Nacional pró-privatização da Nigéria para o sector (consulte a página 9) e recentemente aprovou um empréstimo de 700 milhões de dólares que, em parte, apoiará a privatização sob o pretexto de “participação do sector privado”.¹¹⁷

Como a privatização tem o obstáculo do poder colectivo do povo contra ela, seus proponentes tentaram aprovar um projecto de lei na Assembleia Nacional que, entre outras disposições problemáticas, promoveria a privatização por meio de PPPs¹¹⁸.

Esse esforço de longa data para a privatização encontrou forte resistência em todo o país sob a bandeira da coalizão Nossa Água, Nossa Direita, nascida do movimento em Lagos¹¹⁹. Esta coalizão de base da sociedade civil nigeriana, trabalhadores, direitos das mulheres, meio ambiente e grupos comunitários tem sido fundamental para mudar a narrativa dominante sobre o desenvolvimento do sector de água de uma voltada para o modelo fracassado de privatização para uma que centra a participação da comunidade, investimento do sector público, direitos humanos e governança da água democraticamente responsável.

Senegal

O Senegal está a se tornar cada vez mais um ponto crítico no movimento contra a privatização da água na África. A multinacional Suez ganhou um contrato de quinze anos para grande parte do serviço de água urbana e semi-urbana do país após uma batalha contenciosa com outra corporação com sede na França, a Eranove, que controlava a operadora privada de água Sénégalaise des Eaux (SDE) por anos¹²⁰. **Este contrato é incrivelmente lucrativo para a Suez, e diz que representa “1,9 bilhão de euros nos próximos 15 anos” e é um dos maiores contratos de privatização de água do mundo.**¹²¹

Infelizmente, a realidade do povo senegalês que vive sob essa privatização é mais sombria. A sociedade civil local relatou escassez de água e altas contas de água sob Sen'Eau¹²² (o nome da operadora atual, da qual a Suez é a maior acionista¹²³). Trabalhadores e representantes trabalhistas também relataram más condições de trabalho após a transição do controlo para Suez¹²⁴. Entendendo que uma das estratégias de expansão da Suez na África é desenvolver um amplo alcance dentro de países específicos¹²⁵, a experiência de Sen'Eau deve servir como um alerta para os funcionários senegaleses que consideram novos contratos com a corporação.

O Senegal também é anfitrião do Nono Fórum Mundial da Água, um local há muito criticado por sua agenda pró-corporativa e tendência à privatização¹²⁶. O presidente do AquaFed, o principal grupo de lobby internacional do sector privado de água, é membro do Comitê Diretivo Internacional do Fórum e Sen'Eau é um parceiro nomeado do evento¹²⁷.

À medida que as atenções chamam a atenção para Dakar antes do Fórum Mundial da Água, a sociedade civil e os trabalhadores senegaleses estão a deixar claro sua oposição ao modelo fracassado de privatização.

Uganda

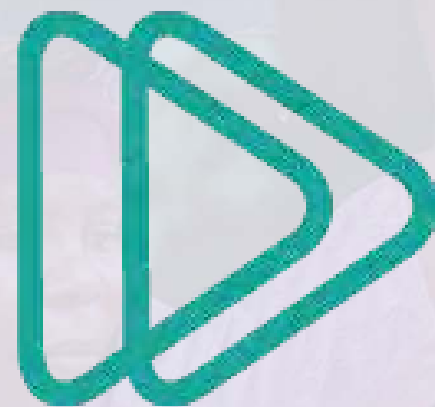
Uganda experimentou privatizações em larga escala e de curta duração no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 com multinacionais europeias¹²⁸. Desde então, tem havido alguns operadores privados locais em pequenas cidades¹²⁹, com muitos em áreas urbanas maiores servidas pela estatal National Water and Sewerage Corporation (NWSC)¹³⁰.

No entanto, Uganda ainda é um foco da indústria privada de água e seus patrocinadores. A Suez garantiu um grande contrato de construção, financiado pela AFD da França (entre outros), para uma usina de água potável na região de Kampala¹³¹. Um executivo da Veolia detalhou o interesse da corporação no país durante uma entrevista em julho de 2018, dizendo que “o futuro está aqui”. Ele descreveu a posição geográfica única de Uganda como um “elo principal” entre todas as regiões da África¹³², tornando o país estratégico para as corporações francesas.

Kampala foi o local de uma conferência inaugural de PPP em 2019, organizada pelas Comissões Econômicas das Nações Unidas para a Europa e África, bem como pelo governo de Uganda, apresentando o modelo fracassado como “a próxima grande coisa da África”¹³³. Além disso, o Plano Corporativo 2021-2024 da NWSC é claro em seu foco em PPPs, listando o “envolvimento do sector privado” como uma de suas cinco Áreas Estratégicas Prioritárias¹³⁴. O plano lista “projectos de PPP estruturados e implementados” como um de seus principais indicadores de desempenho e tem uma estratégia detalhada para aumentar a dependência de PPPs nos próximos anos¹³⁵.

O foco crescente do Estado na busca da privatização, juntamente com o crescente interesse das multinacionais privadas de água em Uganda, alarma a sociedade civil nacional e os sindicatos, encontrando forte resistência.

O caminho daqui para frente



Diante dessa ameaça ao direito humano à água, há um movimento crescente da sociedade civil e trabalhista se unindo para rejeitar a privatização e traçar um caminho mais justo a seguir. Isso é evidenciado por **mais de 300 casos de desprivatização** (às vezes chamado de “remunicipalização” ou “renacionalização”) no sector de água nas últimas duas décadas¹³⁶.

Aproveitando este impulso em defesa do direito humano à água e estimulado pela urgência das crises convergentes de saúde pública, ambiental e económica que enfrentamos hoje, a **Coligação Nossa Água, Nosso Direito África emite as seguintes exigências:**

Aos Estados Africanos:

- Rejeite todas as formas de controlo corporativo da água e privatização dos serviços de água, inclusive por meio das chamadas “parcerias público-privadas”;
 - Assuma sua obrigação de respeitar, proteger e cumprir o direito humano à água para todas as pessoas, priorizando investimentos públicos robustos, garantindo uma participação pública significativa na governança da água
- (com foco particular nas perspectivas daqueles tipicamente deixados de fora da tomada de decisões, ou seja, mulheres, comunidades de baixa renda e rurais) e consagrando o direito humano à água na lei;
- Respeite e proteja os meios de subsistência dos trabalhadores, garantindo condições de trabalho seguras, proteção contra represálias por apresentar queixas e investimento em salários e pensões que reflitam o serviço público que esses trabalhadores realizam todos os dias;
 - Resista à pressão de instituições financeiras internacionais, empresas privadas de água e outros atores financeiros para comercializar o sector de água e, em vez disso, garanta o acesso universal à água potável, independentemente da capacidade de pagamento;
 - Proíba funcionários públicos de ocupar cargos no sector privado de água por 10 anos antes e depois de seu mandato no sector público para evitar uma porta giratória ou conflito de interesses.

Para as Corporações Privadas de Água:

- Parem todas as tentativas de privatizar os sistemas hídricos da África, inclusive através das chamadas “parcerias público-privadas”, pois são uma ameaça direta ao direito humano à água.
- Reverta o controlo de todos os contratos e ativos privados de água existentes para o sector público;
- Retire quaisquer contestações legais existentes contra os Estados por decisões tomadas no interesse público e descontinue o uso ou a ameaça de acção de solução de controvérsias investidor-estado (ISDS), pois isso prejudica a soberania do Estado e a capacidade de regular o interesse público;
- Desista de minar o direito humano à água por meio de acordos fechados com os Estados.

Às Instituições Financeiras Internacionais e Bancos e Agências Multilaterais/Bilaterais de Desenvolvimento:

- Parem de pressionar a privatização, comercialização e financeirização da água nos Estados africanos através de serviços de consultoria, empréstimos e doações, ou outros programas.

- Desinvistam em todas as empresas privadas de água e encerrem todo o apoio financeiro ao sector privado de água, inclusive por meio de intermediários financeiros, pois isso representa um conflito de interesses gritante;
- Cessem toda a promoção da privatização da água, incluindo as chamadas “parcerias público-privadas”, dado o histórico bem documentado da indústria privada de água de direitos humanos e abusos trabalhistas;
- Taxem a privatização de serviços essenciais de todas as iniciativas de recuperação relacionadas ao COVID-19 e planos de longo prazo;
- Suspendam todos os esforços para impor a agenda neoliberal de austeridade, desregulamentação e privatização aos Estados, em reconhecimento aos impactos devastadores desse modelo sobre a saúde pública, o meio ambiente, os trabalhadores e os direitos humanos.
- Perdoem imediata e incondicionalmente a dívida dos Estados que enfrentam crises de dívida soberana, especialmente quando essa dívida estiver relacionada a empréstimos ao sector de água;

- Parem de atrapalhar a capacidade dos Estados de aumentar a receita tributária necessária para investir em serviços essenciais e cumprir suas obrigações de direitos humanos.

Aos Órgãos Intergovernamentais Regionais:

Nomeadamente, a União Africana, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, Comunidade Económica dos Estados da África Central, Comunidade da África Oriental e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

- Fomentem a solidariedade e a colaboração regional apoiando as Parcerias Público-Públicas no sector da água e de outros serviços essenciais;
- Intervenham quando o direito humano à água estiver ameaçado em seus Estados-membros com ações financeiras e diplomáticas.



1. Special Rapporteurs Philip Alston, Leilani Farha, and Léo Heller, (Geneva, Switzerland: United Nations Commission on Human Rights, January 15, 2020), 1, <https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gId=25024>.
2. David Hall and Emanuele Lobina, "Financing Water and Sanitation: Public Realities," Public Services International Research Unit, 2012, 16 https://www.world-psi.org/sites/default/files/documents/research/psiru_financing_water_sanitation.pdf.
3. United National General Assembly, "Human Rights and the Privatization of Water and Sanitation Services," Report of the Special Rapporteur on the human rights to safe drinking water and sanitation, Léo Heller (United Nations General Assembly, July 21, 2020), 10, <https://undocs.org/en/A/75/208>.
4. Antoine Frérot, *Water: Towards a Culture of Responsibility* (Durham, NH: University of New Hampshire Press, 2011), 157.
5. Michael E. Lamb et al., "Performance Audit: Pittsburgh Water and Sewer Authority" (Pittsburgh, Pennsylvania: Office of City Controller, June 2017), 11 https://apps.pittsburghpa.gov/co/Pittsburgh_Water_and_Sewer_Authority_June_2017.pdf; Leana Hosea and Sharon Lerner, "From Pittsburgh to Flint, the Dire Consequences of Giving Private Companies Responsibility for Ailing Public Water Systems," *The Intercept*, May 20, 2018, <https://theintercept.com/2018/05/20/pittsburgh-flint-veolia-privatization-public-water-systems-lead/>.
6. "Violations of the Pennsylvania Safe Drinking Water Act and Regulations: Administrative Order" (Commonwealth of Pennsylvania Department of Environmental Protection, April 25, 2016), 2, [https://apps.pittsburghpa.gov/pwsa/PWSA_\(Admin_Order\)_April_25_2016.pdf](https://apps.pittsburghpa.gov/pwsa/PWSA_(Admin_Order)_April_25_2016.pdf); "Actions Related to Pittsburgh Water and Sewer Authority," (Commonwealth of Pennsylvania Department of Environmental Protection, April 25, 2016), 7, <https://files.dep.state.pa.us/RegionalResources/SWRO/SWROPortalFiles/PWSA/DEP%20Cites%20PWSA%20Webinar%2004252016%201200.pdf>.
7. Michael Lamb et al., "Performance Audit: Pittsburgh Water and Sewer Authority," 13; Julia Lurie, "This Major City's Drinking Water Was Fine. Then Came the Private Water Company.," *Mother Jones*, October 26, 2016, <https://www.motherjones.com/environment/2016/10/private-water-pittsburgh-veolia/>.
8. Leana Hosea and Sharon Lerner, "From Pittsburgh to Flint, the Dire Consequences of Giving Private Companies Responsibility for Ailing Public Water Systems."
9. Michael Lamb et al., "Performance Audit," 11.
10. Kristina Marusic and Stephen Caruso, "Who Should Be Responsible for Replacing Pittsburgh's Lead Water Pipes?," *PublicSource*, March 22, 2017, <https://www.publicsource.org/who-should-be-responsible-for-replacing-pittsburghs-lead-water-pipes/>.
11. Emily Holden, Ron Fonger, and Jessica Glenza, "Revealed: Water Company and City Officials Knew about Flint Poison Risk," *The Guardian*, December 10, 2019, <http://www.theguardian.com/us-news/2019/dec/10/water-company-city-officials-knew-flint-lead-risk-emails-michigan-tap-water>.
12. *Ibid*; Leana Hosea and Sharon Lerner, "From Pittsburgh to Flint, the Dire Consequences of Giving Private Companies Responsibility for Ailing Public Water Systems."
13. "Questions & Answers: SUEZ Is Served Notice to Amend Its Vigilance Plan," *International Federation for Human Rights*, September 7, 2020, <https://www.fidh.org/en/issues/globalisation-human-rights/questions-answers-suez-is-served-notice-to-amend-its-vigilance-plan>.
14. Gerson Guzmán, "Sobre 90% de Participantes En Consulta Ciudadana Votaron Por Caducar Concesión a Essal En Osorno," *BioBioChile*, January 13, 2020, <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/region-de-los-lagos/2020/01/13/sobre-90-de-osorninos-votaron-a-favor-de-caducar-concesion-a-essal-en-consulta-ciudadana.shtml>.
15. "Suez Pide Suspensión Del Procedimiento de Caducidad Contra Essal," *Paislobo*, June 15, 2020, <https://www.paislobo.cl/2020/06/suez-pide-suspension-del-procedimiento.html>.
16. Satoko Kishimoto, "Trade Agreements and Investor Protection: A Global Threat to Public Water," in *Our Public Water Future* (Amsterdam: Transnational Institute, 2015), 96–108, https://www.tni.org/files/download/ourpublicwaterfuture-10_chapter_eight.pdf.
17. Anne Le Strat, "The Remunicipalisation of Paris' Water Supply Service," *Eau de Paris*, accessed September 13, 2021, 13, <https://research.ncl.ac.uk/media/sites/researchwebsites/gobacit/Anne%20Le%20Strat.pdf>.
18. *Ibid*, 25; Emanuele Lobina, "Seven International Cases of Water Remunicipalisation," *Public Services International Research Unit*, October 7, 2019, 11, <https://bcnroc.ajuntament.barcelona.cat/jspui/bitstream/11703/119381/1/2SEVEINTCAW.pdf>.
19. "Politique de l'eau ville de paris" (Marne-la-Vallée, France: Chambre régionale des comptes Île-de-France, July 3, 2014), 4, <https://www.ccomptes.fr/fr/documents/28523>.
20. "The world's top 50 private water operators," *Global Water Intelligence*, March 25, 2021, <https://www.globalwaterintel.com/global-water-intelligence-magazine/22/3/the-list/the-world-s-top-50-private-water-operators-3-2021>.
21. "Veolia and SUEZ Have Signed a Combination Agreement between themselves and a Memorandum of Understanding with Meridiam-GIP-Caisse Des Dépôts/CNP Assurances for the Acquisition of the New SUEZ," *Veolia*, May 14, 2021, <https://www.veolia.com/en/our-media/newsroom/press-releases/veolia-and-suez-have-signed-combination-agreement-between>.
22. Neil Gupta, "Veolia and Suez Merger Threatens the Human Right to Water," *Corporate Accountability*, June 30, 2021, <https://www.corporateaccountability.org/blog/veolia-suez-merger-threat/>.
23. United National General Assembly, "Human Rights and the Privatization of Water and Sanitation Services."

24. "IMF and World Bank's Support for Privatisation Condemned by UN Expert," Bretton Woods Project, December 6, 2018, <https://www.brettonwoodsproject.org/2018/12/imf-and-world-banks-support-for-privatisation-condemned-by-un-expert/>; "Shutting the Spigot on Private Water: The Case for the World Bank to Divest," (Corporate Accountability, April 2012), 19-32, https://www.corporateaccountability.org/wp-content/uploads/2012/05/CAI_CasetoDivest_Final_web_rev_FINAL.pdf.
25. Angelo Suarez and Kenneth Guda, "International Financial Institutions: Financing Dependency through Neoliberalism," CSO Partnership for Development Effectiveness, The Reality of Aid Network, November 2019, 4, <https://realityofaid.org/wp-content/uploads/2020/03/IFI-Primer-2019.pdf>; Priya Lukka, "Repairing Harm Caused: What Could a Reparations Approach Mean for the IMF and World Bank?," Bretton Woods Project, October 6, 2020, <https://www.brettonwoodsproject.org/2020/10/repairing-harm-caused-what-could-a-reparations-approach-mean-for-the-imf-and-world-bank/>.
26. "Shutting the Spigot on Private Water: The Case for the World Bank to Divest," 19-32; United Nations General Assembly, "Human Rights and the Privatization of Water and Sanitation Services," 22-23.
27. "World Bank's New Cascade to Systematically Connect Private Financing," Modern Ghana, June 6, 2017, <https://www.modernghana.com/news/780489/world-banks-new-cascade-to-systematically-connect.html>.
28. World Bank Group, "Forward Look: A Vision for the World Bank Group in 2030 – Progress and Challenges" (Development Committee, March 24, 2017), 6, <http://www.devcommittee.org/sites/dc/files/download/Documentation/DC2017-0002.pdf>; Jim Yong Kim was President of the World Bank Group from July 2012 to February 2019, <https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents>.
29. Landon Thomas Jr., "The World Bank Is Remaking Itself as a Creature of Wall Street," The New York Times, January 25, 2018, <https://www.nytimes.com/2018/01/25/business/world-bank-jim-yong-kim.html>.
30. James Politi, Sam Fleming, and Mark Vandeveld, "World Bank's Jim Yong Kim to Join Private Equity Firm," Financial Times, January 8, 2019, <https://www.ft.com/content/f1bf145a-1364-11e9-a581-4ff78404524e>; "Jim Yong Kim," Global Infrastructure Partners, accessed September 19, 2021, <https://www.global-infra.com/our-team/jim-yong-kim/>.
31. Gillian Tan and Andrew Mayeda, "GIP Hires Ex-TPG, World Bank Executive Jin-Yong Cai," Bloomberg, May 1, 2019, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-05-01/gip-is-said-to-hire-ex-tpg-world-bank-executive-jin-yong-cai>; "Jin-Yong Cai," Global Infrastructure Partners, accessed September 19, 2021, <https://www.global-infra.com/our-team/jin-yong-cai/>.
32. "Agreement on the Creation of a 'New SUEZ,'" Global Infrastructure Partners, June 30, 2021, <https://www.global-infra.com/news/2021/06/agreement-on-the-creation-of-a-new-suez/>.
33. Nancy Alexander, "IMF and World Bank: Marching to a G20 Tune?," Heinrich-Böll-Stiftung, October 24, 2017, <https://us.boell.org/en/2017/10/24/imf-and-world-bank-marching-g20-tune>.
34. Bethia Pearson et al., "Public Futures Database Report" (University of Glasgow, European Research Council, March 2021), 7-8, https://www.gla.ac.uk/media/Media_782991_smx.pdf.
35. "Bankable Water Projects in Africa and Lessons from Other Sectors," World Water Week, September 1, 2021, at 24:55, https://youtu.be/e6e8egUq_Jg?t=1494.
36. Julien Wagner, "Veolia's Christophe Maquet: The Goal Is to Increase Our Revenue by 50%," The Africa Report, June 24, 2019, <https://www.theafricareport.com/14136/veolias-christophe-maquet-the-goal-is-to-increase-our-revenue-by-50/>.
37. "Shaping SUEZ 2030," SUEZ, October 2, 2019, at 48:40, https://channel.royalcast.com/suez-en/#!/suez-en/20191002_1.
38. "Suez Aims to Push Digital as It Takes over Senegal Concession," Global Water Intelligence, January 23, 2020, <https://www.globalwaterintel.com/global-water-intelligence-magazine/21/1/general/suez-aims-to-push-digital-as-it-takes-over-senegal-concession>.
39. "Veolia and SUEZ Announce That They Have Reached an Agreement Allowing to Merge the Two Groups," SUEZ, April 12, 2021, <https://www.suez.com/en/news/press-releases/veolia-and-suez-announce-that-they-have-reached-an-agreement-allowing-to-merge-the-two-groups>.
40. "Working Together for a Water Secure World," World Bank, 2019, 12, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/962901566309738776/Working-Together-for-a-Water-Secure-World.pdf>.
41. "National Action Plan for Revitalization of the Nigeria's WASH Sector" (Abuja, Nigeria: Federal Ministry of Water Resources, April 2018), <https://www.wateraid.org/ng/sites/g/files/jkxooof381/files/nigerias-national-action-plan-for-the-revitalization-of-the-wash-sector.pdf>.
42. "A Wake Up Call: Nigeria Water Supply, Sanitation, and Hygiene Poverty Diagnostic," World Bank, 2017, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/27703/W17017.pdf>.
43. Ibid, xx; "National Action Plan for Revitalization of the Nigeria's WASH Sector," 24-25.
44. "IMF and World Bank Decision-Making and Governance," Bretton Woods Project, April 7, 2020, <https://www.brettonwoodsproject.org/2020/04/imf-and-world-bank-decision-making-and-governance-2/>; Priya Lukka, "Repairing Harm Caused: What Could a Reparations Approach Mean for the IMF and World Bank?"
45. Jason Hickel, "Apartheid in the World Bank and the IMF," Al Jazeera, November 26, 2020, <https://www.aljazeera.com/opinions/2020/11/26/it-is-time-to-decolonise-the-world-bank-and-the-imf>.
46. "Executive Committee," Veolia, accessed September 19, 2021, <https://www.veolia.com/en/veolia-group/profile/governance/veolia-executive-committee>; "Executive Committee," SUEZ, accessed September 19, 2021, <https://www.suez.com/en/who-we-are/governance/executive-committee>.

47. Christopher Gasson, "Can Veolia Maintain Its Imperial World View?," Global Water Intelligence, June 24, 2021, <https://www.globalwaterintel.com/news/2021/25/can-veolia-maintain-its-imperial-world-view>.
48. "2019 Combined Shareholders' Meeting," SUEZ, May 14, 2019, at 1:18:20 https://channel.royalcast.com/suez-en/#!/suez-en/20190514_1 (interpreted from French).
49. "Increase Access to Safe Water in Two States," Agence Française de Développement, accessed September 21, 2021, <https://www.afd.fr/en/carte-des-projets/increase-access-safe-water-two-states>; Valentin Grille, "AFD Appoints BRL Ingénierie, COWI and Seureca (Veolia) to Lake Victoria Sanitation Project (€70m)," Jeune Afrique Business+, September 10, 2020, <https://www.jeuneafriquebusinessplus.com/en/805717/afd-appoints-brl-ingenierie-cowi-and-seureca-veolia-to-lake-victoria-sanitation-project-e70m/>; Christelle Pezon, "Retrospective Analysis of the Urban Water Supply Sector in Senegal: A Public-Private Partnership Over Time," Agence Française de Développement, March 2018, 28, <https://www.afd.fr/en/ressources/retrospective-analysis-urban-water-supply-sector-senegal-public-private-partnership-over-time>; "SP-EAU CEO Koumayi Assoutom Recruits Seureca for a AFD Financed Water Project in Togo," Jeune Afrique Business+, May 14, 2021, <https://www.jeuneafriquebusinessplus.com/en/807871/sp-eau-ceo-koumayi-assoutom-recruits-seureca-for-a-afd-financed-water-project-in-togo/>; "SUEZ Expands Its Presence in Africa with the Signature of Four New Contracts," SUEZ, July 24, 2018, <https://www.suez.com/en/news/press-releases/suez-expands-its-presence-in-africa-with-the-signature-of-four-new-contracts>.
50. "Access to Water: Veolia's Number-One Priority in Niger," Veolia, July 18, 2014, <https://www.veolia.com/en/veolia-group/media/news/access-water-veolia-s-number-one-priority-niger>.
51. "Setbacks to Privatisations across Africa," Bretton Woods Project, June 13, 2005, <https://www.brettonwoodsproject.org/2005/06/art-235773/>.
52. "US Government Global Water Strategy," Federal Government of the United States of America, 2017, 11, https://www.globalwaters.org/sites/default/files/global_water_strategy_2017_final_508v2.pdf.
53. Ibid, 4-5.
54. "Nigeria," United States Agency for International Development, accessed September 14, 2021, <https://www.globalwaters.org/wherewework/africa/nigeria>.
55. "Saving Lives, Scaling-up Impact and Getting Back on Track: World Bank Group COVID-19 Crisis Response Approach Paper," World Bank Group, June 2020, 13, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/136631594937150795/pdf/World-Bank-Group-COVID-19-Crisis-Response-Approach-Paper-Saving-Lives-Scaling-up-Impact-and-Getting-Back-on-Track.pdf>; Kate Bayliss and María José Romero, "Rebuilding Better", but Better for Whom? A Review of the WBG Response to the Covid-19 Crisis," European Network On Debt and Development, April 2021, 6, https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/eurodad/pages/2163/attachments/original/1617710359/rebuilding-better-FINAL_%281%29.pdf?1617710359.
56. "Supporting Public Private Partnerships in Africa: African Development Bank Ready to Scale Up," African Development Bank Group, September 10, 2020, <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/supporting-public-private-partnerships-africa-african-development-bank-ready-scale-37804>.
57. Ibid; "Kigali Bulk Water Project to Address Water Shortage Issues in the City of Kigali and in Bugesera District, Minister Gatete," Government of the Republic of Rwanda Ministry of Infrastructure, February 24, 2021, <https://www.mininfra.gov.rw/updates/news-details/kigali-bulk-water-project-to-address-water-shortage-issues-in-the-city-of-kigali-and-in-bugesera-district-minister-gatete>.
58. Emilio Cattaneo, "Kigali Water: Lessons from One of Sub-Saharan Africa's First Water PPPs," World Bank Blogs, March 22, 2018, <https://blogs.worldbank.org/ppps/kigali-water-lessons-one-sub-saharan-africa-s-first-water-ppps>.
59. "Kigali Bulk Water Supply Project," African Development Bank, December 15, 2015, 2, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Project_Brief_Bulk_Water_Supply_Project_Rwanda_2015.pdf.
60. "Public-Private Partnership Stories Rwanda: Kigali Bulk Water Project," International Finance Corporation, October 2015, https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/e9bc9b20-38bd-4513-ae76-9947f6a2c7d3/PPPStories_Rwanda_KigaliBulkWater.pdf?MOD=AJPERES&CVID=IHJaYtM.
61. Ibid; "Metito III," IFC Project Information & Data Portal, April 17, 2012, accessed September 14, 2021, <https://disclosures.ifc.org/project-detail/SII/32145/metito-iii>; "Key Shareholders," Metito, accessed September 24, 2021, <https://www.metito.com/about-metito/key-shareholders/>.
62. "IFC Extends Financing Package to Metito to Support Increased Access to Water Services in the Middle East and Africa," International Finance Corporation, March 10, 2021, <https://pressroom.ifc.org/all/pages/PressDetail.aspx?ID=26241>.
63. Jason Harris et al., "Government Support to State-Owned Enterprises: Options for Sub-Saharan Africa," International Monetary Fund, June 15, 2020, 3, <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:YWzGoTd8chwJ:https://www.imf.org/~media/Files/Publications/covid19-special-notes/enspecial-series-on-covid19government-support-to-stateowned-enterprises-options-for-subsaharan-afric.ashx+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=us>.
64. Farwa Sial, "Private Finance for a Post- Pandemic Africa? The Trouble with Macron's New Africa Summit," European Network on Debt and Development, May 25, 2021, https://www.eurodad.org/private_finance_for_a_post_pandemic_africa.
65. "Summit on the Financing of African Economies." (Paris, May 18, 2021), 7, <https://www.elysee.fr/admin/upload/default/0001/10/8cafc2d4c6fbc57cd41f96c99f7aede6bd351f1.pdf>.

66. John Vidal, "Flagship Water Privatisation Fails in Tanzania," *The Guardian*, May 25, 2005, <https://www.theguardian.com/politics/2005/may/25/uk.world>; Xan Rice, "The Water Margin," *The Guardian*, August 16, 2007, <https://www.theguardian.com/business/2007/aug/16/imf.internationalaidanddevelopment>.
67. "Tanzania – Privatization impact assessment: Infrastructure," World Bank Group, July 21, 2005, 28, <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/625791468172138286/tanzania-privatization-impact-assessment-infrastructure>.
68. Ibid, 34.
69. "Public Private Partnership Stories Gabon: Société d'Energie et d'Eau," International Finance Corporation, October 2010, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/902811468178179062/pdf/96889-BRI-PUBLIC-PPPStories-Gabon-SocietedEnergie.pdf>.
70. "Veolia AMI," IFC Project Information & Data Portal, November 7, 2005, accessed September 14, 2021, <https://disclosures.ifc.org/project-detail/SPI/24192/veolia-ami>.
71. Matar Fall, "Reforming Water Utilities in Western & Central Africa: Lessons Learned" (Water PPP Conference, Dakar, June 2012), 4, <https://www.wsp.org/sites/wsp.org/files/publications/S1b-Urban-water-PPP-Fall.pdf>.
72. Honoré Banda, "Gabon: Water War," *The Africa Report*, June 7, 2018, <https://www.theafricareport.com/629/gabon-water-war/>; "La Filiale de Veolia Au Gabon Doit Fermer Boutique," RFI, February 17, 2018, <https://www.rfi.fr/fr/afrique/20180216-filiale-veolia-gabon-seeg-eau-electricite>; "Gabon Accuses France's Veolia of Polluting amid Concession Dispute," *Reuters*, February 27, 2018, <https://www.reuters.com/article/us-gabon-veolia-environ-idUSKCN1GB2OO>.
73. "Typhoid Outbreak Extends to Capital Hit by Water Supply Problems," *The New Humanitarian*, January 25, 2005, <https://www.thenewhumanitarian.org/news/2005/01/25/typhoid-outbreak-extends-capital-hit-water-supply-problems>.
74. "La Filiale de Veolia Au Gabon Doit Fermer Boutique."
75. "Universal Registration Document (URD) 2018: Half-yearly financial report 2019," Veolia, August 2, 2019, 14, <https://www.veolia.com/sites/g/files/dvc4206/files/document/2019/08/Finance-URD-2018-ACTU-2018-VEN-VDEF-05-08-2019.pdf>.
76. "GDP (Current US\$) - Gabon," World Bank, accessed September 15, 2021, <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=GA>; "2018 Registration Document: Annual financial report," Veolia, March 13, 2019, 9, https://www.veolia.com/sites/g/files/dvc4206/files/document/2019/03/Finance_DDR_2018-Veolia_Environnement_en.pdf.
77. Vera Wegmann and Emanuele Lobina, "Water Renationalisation in Cameroon 2018," Public Services International Research Unit, May 2018, 2, https://www.world-psi.org/sites/default/files/attachment/news/cameroon_water_renationalised_psiu_brief_may_2018.pdf.
78. Ibid, 3-4.
79. Charles Abega, "Eau Potable : La Renationalisation Entre En Vigueur Au Cameroun," *Cameroon-Report*, May 1, 2018, <https://cameroon-report.com/economie/eau-potable-la-renationalisation-entre-en-vigueur-au-cameroun/>.
80. "Maximizing Finance for Development (MFD)," World Bank, accessed September 15, 2021, <https://www.worldbank.org/en/about/partners/maximizing-finance-for-development#2>.
81. Vera Wegmann and Emanuele Lobina, "Water Renationalisation in Cameroon 2018," 4-5.
82. "Water Master Plan for 137 Cities – Cameroon," Veolia, accessed September 15, 2021, <https://www.veolia.com/africa/en/our-clients/water-master-plan-137-cities-cameroon>.
83. Younoussa Abbosouka, "Governments Must Regain Control of the Water Sector," *End Water Poverty*, November 1, 2019, <https://www.endwaterpoverty.org/member-spotlight-african-center-for-advocacy>; Monique Ménard-Kilrane, "The Global Fight to Protect Public Water," *Canadian Union of Public Employees*, September 24, 2020, <https://cupe.ca/global-fight-protect-public-water>.
84. "Ex-Manager of Suez Maroc Cosies up to SEEG," *Africa Intelligence*, June 12, 2019, https://www.africaintelligence.com/central-and-west-africa_business/2019/06/12/ex-manager-of-suez-maroc-cosies-up-to-seeg.108361018-bre.
85. "Middle East News In Brief," *Global Water Intelligence*, October 24, 2019, <https://www.globalwaterintel.com/global-water-intelligence-magazine/2010/brief/middle-east-news-in-brief-10-2019>; Jeune Afrique Business+, "Suez Submits a Written Proposal for the Management of Water in Gabon," *Jeune Afrique Business+*, October 22, 2019, <https://www.jeuneafriquebusinessplus.com/en/799046/suez-submits-a-written-proposal-for-the-management-of-water-in-gabon/>.
86. "SEEG Audited as Suez-Veolia Merger Battle Rages," *Africa Intelligence*, March 11, 2021, https://www.africaintelligence.com/central-and-west-africa_business/2021/03/11/seeg-audited-as-suez-veolia-merger-battle-rages.109649616-art.
87. James Boxell, "Proglio Battles to Preserve His Legacy at Veolia," *Financial Times*, February 24, 2012, <https://www.ft.com/content/f25e0ed6-5ef1-11e1-a04d-00144feabdc0>.
88. Griffin Ondo Nzuey, "Gabon | Eau & Électricité : Ali Bongo Pressé de Voir Henri Proglio Achever Son Audit," *Gabon Review*, March 23, 2021, <https://www.gabonreview.com/gabon-eau-electricite-ali-bongo-presse-de-voir-henri-proglio-achever-son-audit/>.
89. "Henri Proglio and Patrice Fonlladosa in Libreville in June for Water and Electricity Mission," *Jeune Afrique Business+*, April 14, 2021, <https://www.jeuneafriquebusinessplus.com/en/807572/henri-proglio-and-patrice-fonlladosa-in-libreville-in-june-for-water-and-electricity-mission/>; "Retour Gagnant Pour Henri Proglio Au Gabon," *Yahoo Finance*, February 8, 2021, <https://fr.finance.yahoo.com/actualites/retour-gagnant-henri-proglio-au-100000244.html>.
90. "SEEG Audited as Suez-Veolia Merger Battle Rages."
91. Ibid.
92. "Ghana," *Water Remunicipalisation Tracker*, June 2014, http://www.remunicipalisation.org/#case_Ghana.

93. Sara Grusky, "Privatization Tidal Wave: IMF/World Bank Water Policies and the Price Paid by the Poor," *Multinational Monitor*, September 2001, <https://www.multinationalmonitor.org/mm2001/01september/sep01corp2.html>.
94. "Gana."
95. Ibidem; "Aqua Vitens entrega as operações de volta à Ghana Water Company", *Public Services International*, 21 de setembro de 2011, <https://www.world-psi.org/en/aqua-vitens-hands-over-operations-back-ghana- empresa de água>.
96. "Capturing Our Impact: Harnessing Innovation for Financial Inclusion", *World Bank Group*, acessado em 15 de setembro de 2021, 48, <http://online.fliphtml5.com/jqwg/eivo/>.
97. "Biwater concedeu contrato de US\$ 272 milhões para o esquema de abastecimento de água Tamale em Gana", *Water Online*, 20 de junho de 2019, <https://www.wateronline.com/doc/biwater-awarded-m-contract-for-the-tamale- esquema de abastecimento de água em gana-0001>.
98. Michael Nyantakyi (Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Públicos do TUC-Gana) em discussão com os autores, junho de 2020.
99. "Ghana Regulator Puts Screws on Water Utility", *Global Water Intelligence*, 20 de setembro de 2018, <https://www.globalwaterintel .com/global-water-intelligence-magazine/19/9/general/ghana-regulator-puts-screws-on-water-utility>.
100. "MIGA: Garantindo Investimentos em projectos de Água e Saneamento", Agência Multilateral de Garantia de Investimentos, 2 de março de 2021, <https://www.miga.org/sites/default/files/2021-03/MIGA%20Brief%20-%20Water %20-%20Mar%202021.pdf>.
101. "AquaVenture Holdings Anuncia a Participação da OPIC e Extensão da Data de Longo Prazo na Aquisição de Gana," *Business Wire*, 2 de janeiro de 2019, <https://www.businesswire.com/news/home/20190102005127/en/AquaVenture-Holdings-Announces-Participação-de-OPIC-e-Extensão-de-Long-Stop-Date-in-Ghanaian-Acquisition>; Carl Myers, "AquaVenture garante US\$ 50 milhões para aquisição de fábrica em Gana", *Water. dessalination+reuse*, 16 de janeiro de 2019, <https://www.desalination.biz/desalination/aquaventure-secures-50-million-for-ghana-plant-acquisition/>.
102. "projecto de abastecimento de água e saneamento – Kisumu, Quênia", *Veolia*, acessado em 18 de setembro de 2021, <https://www.veolia.com/africa/en/our-clients/water-supply-and-sanitation-project-kisumu- Quênia>; "Contratos de plantas de água potável levam a contagem de projectos da SUEZ para mais de 500 na África", *WaterWorld*, 19 de fevereiro de 2016, <https://www.waterworld.com/international/potable-water/article/16202922/drinking-water-plant-contracts-bring-suez-project-count-to-over-500-in-africa>.
103. "Quênia: habilitando a participação do sector privado em infraestrutura e serviços sociais", *Banco Mundial*, 27 de abril de 2018, <https://www.worldbank.org/en/about/partners/brief/kenya-enabling-private-sector-participation-in-infrastructure-and-social-services>.
104. "Maximizando o Financiamento para o Desenvolvimento (MFD)", "Maximizing Finance for Development (MFD)", *Banco Mundial*, acessado em 18 de setembro de 2021, <https://www.worldbank.org/en/about/partners/maximizing-finance-for-development>; "Kenya: Using Private Financing to Improve Water Services", *Banco Mundial*, 16 de maio de 2018, <https://www.worldbank.org/en/about/partners/brief/kenya-using-private-financing-to-improve- serviços de água>.
105. "PPP Pipeline," *Direção de Parcerias Público-Privadas: Impulsionando Investimentos Sustentáveis*, acessado em 18 de setembro de 2021, <https://www.pppunit.go.ke/projects/>; "Project Tracker Commentary," *Global Water Intelligence*, 24 de janeiro de 2019, <https://www.globalwaterintel.com/global-water-intelligence-magazine/20/1/tracker-focus/project-tracker-commentary-1-2019>.
106. "Termos de referência: recrutamento de um conselheiro de PPP para fornecer suporte técnico à diretoria de PPP no Quênia", *República do Quênia, Tesouro Nacional e Planejamento*, junho de 2021, 1-3, <https://www.pppunit.go.ke/wp-content/uploads/2021/06/ToR-PPP-Advisor-to-the-PPP-Directorate.pdf>.
107. Dominic Omondi, "FMI dá condições difíceis ao Quênia para nova facilidade de empréstimo", *The Saturday Standard*, 30 de junho de 2021, <https://www.standardmedia.co.ke/business/business/article/2001417005/imf-gives-kenya- condições-difíceis-para-novo-empréstimo-facilidade>; "FMI pede ao Quênia que limite o apoio às SOEs", *ch-aviation*, 4 de setembro de 2021, <https://www.ch-aviation.com/portal/news/102314-imf-asks-kenya-to-limit-support-to-soes>; "O Conselho Executivo do FMI conclui as primeiras revisões do acordo estendido sob os acordos EFF e ECF para o Quênia", *FMI*, 23 de junho de 2021, <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/06/23/pr21195-kenya-imf-executive-board-completes-first-reviews-extended-arrangement-eff-ecf-arrangements>.
108. Otiato Guguyu, "Faturas de água devem aumentar nos termos de empréstimo do Banco Mundial", *Business Daily*, 13 de julho de 2021, <https://www.businessdailyafrica.com/bd/economy/water-bills-set-rise-on-world-bank-loan- termos-3470900>; James Oundo, "Water Bills to Rise 10 Times after Kenya Makes Deal with World Bank", *Bizna Kenya*, 24 de agosto de 2021, <https://biznakenya.com/water-bills-to-rise-10-times-after-kenya-faz-negociar-com-banco-mundial/>.
109. "Maputo," *Water Remunicipalisation Tracker*, novembro de 2014, http://www.remunicipalisation.org/#case_Maputo.
110. "Mozambique Seeks Sectoral Reform Advisors", *Global Water Intelligence*, 22 de julho de 2021, <https://www.globalwaterintel.com/global-water-intelligence-magazine/22/7/general/mozambique-seeks-sectoral-reform-advisors>; "Historial Da AdeM," *Águas da Região de Maputo*, acesso em 18 de setembro de 2021, <http://www.adem.co.mz/index.php/a-empresa/historial>.
111. "A indústria por trás da torneira", entrevista de Alison Buckholtz, *Handshake*, *International Finance Corporation*, maio de 2012, 38, <https://library.pppknowledgelab.org/documents/1944/download>.
112. "Moçambique procura assessores para a reforma sectorial."
113. Akinbode Oluwafemi et al., "Lagos Water Crisis: Alternative Roadmap for Water Sector," *Environmental Rights Action/Friends of the Earth, Nigéria*, outubro de 2016, 17-20, https://cappafrica.org/wp-content/uploads/2020/08/Lagos_Water_Crisis_Water_Book.pdf.
114. Eliana Drakopoulos, "Nova pesquisa revela progresso e lacunas no acesso dos nigerianos a serviços de água, saneamento e higiene", *UNICEF*, 11 de novembro de 2020, <https://www.unicef.org/nigeria/stories/new-survey-reveals- progresso-e-lacunas-nigerianos-acesso-água-saneamento-e-serviços de higiene>.
115. Akinbode Oluwafemi et al., "Lagos Water Crisis: Alternative Roadmap for Water Sector," 17-20.
116. "Project Appraisal Document: Second National Urban Water Sector Reform Project", *Banco Mundial*, 19 de maio de 2005, 4-5, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/597301468290687025/pdf/31475.pdf>.

117. “Documento de Avaliação do Programa: Programa para Resultados de Abastecimento de Água Urbano e Rural Sustentável da Nigéria, Saneamento e Higiene”, Banco Mundial, 4 de maio de 2021, 22, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/824961622253723691/pdf/Nigeria-Sustainable-Urban-and-Rural-Water-Supply-Sanitation-and-Hygiene-Program-for-Results-Project.pdf>.
118. Johnbosco Agbakwuru, “Rejeitar as tentativas de reapresentar a conta nacional de água, o grupo diz ao NASS”, Vanguard, 22 de julho de 2021, <https://www.vanguardngr.com/2021/07/reject-attempts-to-re-present-national-water-bill-group-tells-nass/>.
119. “Our Water, Our Right Campaign,” Corporate Accountability & Public Participation Africa (CAPPA), acessado em 18 de setembro de 2021, <https://cappaafrica.org/our-water-our-right-campaign/>.
120. “Suez pretende impulsionar o digital à medida que assume a concessão do Senegal”, Global Water Intelligence, 23 de janeiro de 2020, <https://www.globalwaterintel.com/global-water-intelligence-magazine/21/1/general/suez-aims-to-push-digital-as-it-takes-over-senegal-concession>.
121. Aurélie Benoit, “Senegal: um contrato que representa '€ 1,9 bilhão nos próximos 15 anos', segundo Ana Giros (Suez)”, Jeune Afrique Business+, 2 de janeiro de 2020, <https://www.jeuneafriquebusinessplus.com/en/801861/ana-giros-suez-ce-contrat-represente-19-milliard-e-sur-les-15-prochaines-annees/>; “Os maiores contratos privados de água do mundo”, Global Water Intelligence, 24 de dezembro de 2020, <https://www.globalwaterintel.com/global-water-intelligence-magazine/21/12/the-list/the-world-s-Maiores-Contratos-Privados-de-Água>.
122. Luttons contre l'indiscipline au Senegal, “PLAINTES CONTRE LA SEN EAU,” Facebook, 28 de agosto de 2021, <https://www.facebook.com/LUTTONSLCIS/posts/4236763283105920>; Luttons contre l'indiscipline au Sénégal, “L'heure Est Grave,” Facebook, 8 de setembro de 2021, <https://www.facebook.com/LUTTONSLCIS/posts/4270283123087269>.
123. “Suez pretende impulsionar o digital à medida que assume a concessão do Senegal.”
124. Fatou Diouf (Coordenador de projectos Internacionais de Serviços Públicos para a África Francófona) em discussão com os autores, 23 a 24 de fevereiro de 2021.
125. Aurelie Benoit, “Senegal: um contrato representando '€ 1,9 bilhão nos próximos 15 anos', segundo Ana Giros (Suez).”
126. “Sobre o 9º Fórum Mundial da Água”, Fórum Mundial da Água, acessado em 19 de setembro de 2021, <https://www.worldwaterforum.org/en/about-the-9th-world-water-forum/>; Satoko Kishimoto, “World Water Forum Needs to Be More than Just a Trade Show for Privatisation”, Transnational Institute, 17 de abril de 2015, <https://www.tni.org/my/node/14763>; “E nem uma gota para beber! Fórum Mundial da Água Promove a Privatização e Desregulamentação da Água do Mundo”, Corporate Europe Observer, acessado em 19 de setembro de 2021, <http://archive.corporateeurope.org/observer7/water.html>.
127. “International Steering Committee”, World Water Forum, acessado em 19 de setembro de 2021, <https://www.worldwaterforum.org/en/9th-forum/international-steering-committee/>; “Governança”, AquaFed, acessado em 19 de setembro de 2021, <https://www.aquafed.org/about-us/governance/>; “Nossos Parceiros”, Fórum Mundial da Água, acessado em 19 de setembro de 2021, <https://www.worldwaterforum.org/en/9th-forum/our-partners>.
128. Yahya Jammal e Leroy Jones, “Impact of Privatization in Africa: Uganda Water”, Boston Institute for Developing Economies, outubro de 2006, 4-7, <http://www.iefpedia.com/english/wp-content/uploads/2012/01/UgandaWater.pdf>.
129. Maximilian Hirn, “Participação do Sector Privado no Sector de Água de Uganda: Uma Revisão de 10 Anos de Gerenciamento de Sistemas de Água de Pequenas Cidades”, Programa de Água e Saneamento, dezembro de 2013, https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/sites/ppp.worldbank.org/files/documents/Uganda_Private-Sector-Participation-in-the-Ugandan-Water-Sector-Review.pdf.
130. “About Us”, National Water & Sewerage Corporation, acessado em 19 de setembro de 2021, <https://www.nwsc.co.ug/about-the-corporation/>.
131. “SUEZ expande sua presença na África com a assinatura de quatro novos contratos”, SUEZ, 24 de julho de 2018, <https://www.suez.com/en/news/press-releases/suez-expands-its-presence-in-áfrica-com-a-assinatura-de-quatro-novos-contratos>.
132. “Uganda é 'estratégico' para as empresas da França – CEO da Veolia Water”, Uganda Business News, 3 de julho de 2018, <https://ugbusiness.com/2018/07/companies/uganda-is-strategic-to-france-companies-francês-ceo>.
133. André Senyonga, “Uganda sediará a Conferência PPP Inaugural da África”, New Vision, 24 de julho de 2019, <https://www.newvision.co.ug/articledetails/1504147>; David Baxter, “The Inaugural African 2019 PPP Conference”, LinkedIn, 22 de julho de 2019, <https://www.linkedin.com/pulse/inaugural-african-2019-ppp-conference-david-baxter>.
134. “Plano Corporativo 2021-2024”, National Water and Sewerage Corporation, acessado em 19 de setembro de 2021, 7, https://www.nwsc.co.ug/wp-content/uploads/2021/08/NWSC_CORP-PLAN_2021-24_FINAL_WEB.pdf.
135. Ibid, 48, 58.
136. Satoko Kishimoto, Lavina Steinfert e Olivier Petitjean, “The Future Is Public: Towards Democratic Ownership of Services” Transnational Institute, maio de 2020, 22, https://www.tni.org/files/publication-downloads/futureispublic_online_def.pdf.



**Corporate
Accountability &
Public
Participation
Africa**

HQ: Plot 397B, George Crescent, Agbalajobi Estate,
Off Wemco Road, Off Agidingbi, Ikeja, Lagos, Nigeria
Tel: + 234-8082945214 | info@cappaafrica.org

Abuja Office: H&A Plaza, Olusegun Obasanjo Way,
Suite C13/14, Wuye, Abuja, Nigeria
Tel: + 234-8082945214 | info@cappaafrica.org
Website: www.cappaafrica.org

